

*Outras palavras: educação sindical em São Bernardo nos anos 70/90**

*Kátia Rodrigues Paranhos***

Introdução

Entre os anos de 1971 e 1993, por meio do discurso sindical dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, deparei-me com lugares de luta — o sindicato, a fábrica, as greves e a cidade — e, do mesmo modo, com várias estratégias de luta. Fabricado no sindicato, esse discurso tenta inicialmente viabilizar a organização dos trabalhadores metalúrgicos em defesa de seus interesses no Brasil pós 64. Sobretudo, encontramos importantes estratégias de mobilização que podem ser entendidas como enunciados imagéticos e/ou lugares de luta. Desse modo, o sindicato, a fábrica, a greve e a cidade iluminam a categoria e a própria classe trabalhadora ao instituírem temas caros ao movimento operário — vale citar o chamado sindicalismo autêntico, a liberdade sindical, o direito de greve, as nego-

* Versões preliminares deste artigo foram apresentadas no XIV Encontro Regional de História da ANPUH/Núcleo de São Paulo, São Paulo — SP, 8-11 set. 1998; e no XX Simpósio Nacional de História da ANPUH, em Florianópolis — SC, 25-30 jul. 1999.

** Professora do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Mestre em História (Área de História Social do Trabalho) pela Unicamp, doutoranda na mesma instituição e autora do livro *Era uma vez em São Bernardo*, Campinas, Unicamp/Centro de Memória, coleção Tempo & Memória, n. 6, 1999.

ciações diretas com os patrões, as atividades de formação e/ou educação sindical, para não mencionar a questão da identidade operária em tempos tão difíceis.

Assim, o vasto material de pesquisa do Sindicato de São Bernardo contém não apenas novas falas e imagens políticas, econômicas e sociais dos “lugares de luta”. Ou seja, as lideranças sindicais dão uma atenção especial também para as atividades de educação sindical, para as programações culturais, para os planos de formação política e projetos de comunicação. É desse tema portanto que pretendo tratar neste artigo, limitando-me aqui a um levantamento do repertório de iniciativas dos dirigentes sindicais de São Bernardo.

A formação operária: educação e cultura

Na Europa, as atividades de formação sindical e/ou operária desenvolveram-se já a partir do século passado. A preocupação com a educação permanente e com a difusão da cultura vem, por exemplo, das *university extensions* ou das universidades populares dinamarquesas, criadas na metade do século XIX e que se desenvolveram também em outros países entre o fim do século XIX e o início do século XX. É importante salientar que a formação sindical, além de adaptar-se às exigências e às formas de cada organização sindical, é em geral fortemente condicionada pela relação tradicionalmente instaurada entre os intelectuais e o país, que encontra um reflexo nas características da estrutura de formação. Assim, na Suécia e na Bélgica as atividades de formação sindical são muito difusas e na França, ao contrário, têm mais uma característica de elite. Evidentemente isso depende dos diferentes graus de força e presença do sindicato entre os trabalhadores.

É interessante frisar — em uma breve retrospectiva histórica —¹ que num país como a França, até 1914, o problema da formação operária ocupava um lugar relativamente secundário na vida sindical. A partir de 1919 nos congressos promovidos pelas centrais sindicais (CGT — Confédération Générale du Travail — e CFTC — Confédération Française des Travailleurs Chrétiens) o problema da formação põe-se principalmente nos relatórios apresentados pelos militantes. Surgem ainda as “sessões confederais de estudos e práticas

¹ As considerações iniciais deste artigo se basearam em Guido Memo (org.), *Cultura e democrazia sindacale in Europa. Formazione e ricerca sindacale in sei paesi Europei*, Roma, Centro di Studi e Iniziative per la Riforma dello Stato, s.d., mimeo, especialmente pp. 1-37; e também em Marcel David, “Formação operária e pensamento operário sobre a cultura em França a partir de meados do século XX”, in *Níveis de cultura e grupos sociais*, Colóquio da Escola Normal Superior de Paris (7 a 9 de maio de 1966), Lisboa, Cosmos, 1974, pp. 267-306.

sindicais” e as escolas normais operárias — em duas ou três regiões de Lyon e Paris. Em 1932, a CGT cria o Centro Confederal de Educação Operária que dá origem a um Instituto Superior Operário, em Paris, e aos Colégios do Trabalho noutras regiões.

Entre 1948 e 1950, cada central sindical, coincidentemente, está preocupada com a instalação e normalização das suas estruturas educativas. Disto decorre

“o fato de cada central sindical valorizar os problemas da formação pelo estudo, considerada como uma das duas ou três condições fundamentais para a existência de um sindicalismo forte. Por conseqüência, assiste-se ao acabamento da constituição dos dispositivos de formação. No plano nacional, são as três escolas centrais de Bierville para a CFTC, de Courcelles para a CGT, da Avenida do Maine, em Paris, para a FO. Cada central define igualmente toda uma política educativa, com aspectos comuns a todas [...] mas também com aspectos particulares a cada uma”.²

Em 1956 foram criados os Institutos Universitários do Trabalho e entre 1960-61,

“o movimento operário, ao mesmo tempo que acentua o seu esforço de educação dos militantes, situa-se de maneira cada vez mais clara dentro de uma perspectiva cultural alargada. [...] Em resumo, as organizações sindicais estão de acordo em estar presentes nas instâncias que contribuem para a realização da política de desenvolvimento cultural”.³

No afirmar a idéia da formação permanente, o movimento sindical, sobretudo quando se realizou o entrelaçamento entre movimento operário e movimentos de caráter intelectual, teve um papel proeminente. Assim, na França teve um papel decisivo o movimento que legaram intelectuais e trabalhadores em 1968 e que levou aos acordos de Grenelle entre governo e sindicatos que, por sua vez, deram início à legislação sobre a formação permanente e a formação profissional contínua. Desse modo, os trabalhadores podem gozar de licenças remuneradas de até seis meses por ano, a cargo do fundo para a formação. E também pode ser reconhecida a experiência de trabalho como título para se ter acesso à

² Marcel David, op. cit., p. 291. Vale a pena conferir a experiência da Sociedade Luz — Universidade Popular (1899-1930) em Buenos Aires: ver Dora B. Barrancos, *Os últimos iluminados. Ciências para trabalhadores na Argentina de princípios do século*, tese de doutorado, Unicamp, 1993.

³ Marcel David, op. cit., pp. 292-293.

universidade, mesmo quando não se tenha obtido o título de estudo de escola de segundo grau.

Legislações e apoios não podem ser explicados simplesmente por uma espécie de colaboração e reformismo. Na realidade, a sensibilidade e o aguerrimento dos sindicatos e dos intelectuais envolvidos foram determinantes para experiências tão importantes. Em países como a Bélgica, a França, a Alemanha, a Grã-Bretanha e a Suécia os trabalhadores gozam de licenças remuneradas, tuteladas pela lei, para participar das atividades de formação sindical, mas a abrangência dessas licenças varia de país para país: em alguns, elas aplicam-se a todos os trabalhadores envolvidos naquelas atividades; em todos eles as licenças existem para quem desenvolve atividade sindical, durante um período mais ou menos extenso e a partir dos membros dos comitês de empresa; em mais de um desses países quem desempenha a militância sindical como formador tem possibilidade de usufruir licenças ainda mais amplas. Nesses países, como formas de apoio à formação sindical, “existem contribuições específicas para a formação desenvolvida pelos sindicatos; em outros as formas de apoio são em geral para a educação permanente e para os adultos, nos quais entram também os centros de formação sindical; [...]”.⁴

Na Grã-Bretanha a relação entre movimento sindical, universidade e escola pública tem uma tradição bem mais longa, iniciada com a instituição do Ruskin College em Oxford em 1899, com o apoio dos sindicatos e que se amplia de maneira significativa depois de 1920, quando a “Universidade de Nottingham, em primeiro lugar, dá início a uma faculdade aberta, cujo objetivo não é o de conceder títulos de graduação, mas promover a educação permanente na sociedade. Em 1922, também em Nottingham, institui-se a primeira cadeira de educação de adultos”.⁵ Apesar da ação dos governos con-

⁴ Guido Memo (org.), op. cit., pp. 8-9.

⁵ Id., *ibid.*, p. 7. E. P. Thompson, por quase duas décadas (entre 1948-1965), ocupou-se da educação de adultos no Departamento de Estudos Extracurriculares da Universidade de Leeds. O referido departamento mantinha um apoio ao bem-estar social e à extensão educacional, como uma ponte entre a universidade e os antigos compromissos com a Associação Educacional dos Trabalhadores (Worker’s Educational Association — WEA), desde 1903 empenhada em oferecer cursos de treinamento prático aos trabalhadores. Dorothy Greenald (o livro de Thompson *A formação da classe operária inglesa* foi dedicado a ela e a Joseph Greenald. Cf. E. P. Thompson, *The making of the english working class*, New York, Vintage Books, 1966) e Peter Thornton, “integrantes da primeira turma de Thompson em Cleckheaton de 1948 a 1951, lembraram-se de que Edward fazia a história tornar-se viva para seus alunos e, mais particularmente, ‘demonstrava que nossa formação não era motivo para envergonhar-se’. ‘Isso realmente me fez mudar’, disse Dorothy, em uma declaração que talvez seja o mais caro tributo a qualquer professor”. Cf. Bryan D. Palmer, *E.P. Thompson. Objeções e oposições*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996, pp. 85-86.

servadores ao longo da década de 1980, que reduziu os fundos à disposição da formação sindical, hoje, na Grã-Bretanha

“382 são os tutores contratados pela universidade e *collèges* que dedicam a maior parte do tempo aos cursos sindicais: tanto nos institutos superiores, técnicos e políticos, onde se desenvolvem os cursos com licença remunerada para os representantes de departamentos e os funcionários da segurança nos locais de trabalho, [...] como nas universidades, onde se desenvolvem outras atividades em colaboração com o sindicato”.⁶

As necessidades de formação não diminuem com o aumento do nível de instrução, mas, ao contrário, crescem. De acordo com Roger Cantigneau responsável pela formação sindical da Confederação dos Sindicatos Cristãos belga, “com o aumento dos níveis de instrução hoje, os trabalhadores não aceitam mais seguir as indicações dos grupos dirigentes do sindicato sem discutir a fundo as razões; é, além disso, impensável um maior papel dos organismos de representação das empresas sem fornecer a eles os instrumentos culturais e informativos necessários”.⁷ Na Bélgica, tanto a Confederação dos Sindicatos Cristãos (CSC) quanto a Federação Geral dos Trabalhadores da Bélgica (FGTB), estão empenhadas em atividades culturais, formativas e de pesquisa e é interessante observar que, sozinhas, representam mais de 90% dos trabalhadores.

No Brasil, a preocupação educacional no movimento operário-sindical inicia-se com as propostas educativas dos libertários, particularmente dos grupos anarco-sindicalistas, englobando o período de 1902/1920. O projeto educativo dos libertários tinha três dimensões que se ligavam entre si: a educação político-sindical, a educação escolar e as práticas culturais de massa. A educação político-sindical, ou seja, a educação para a transformação revolucionária, efetivava-se, por um lado, com o engajamento em movimentos e lutas de reivindicação, protesto e resistência, e de outro, pela divulgação dos ideais libertários, mediante conferências, debates e estudos promovidos em sindicatos e centros de estudos.⁸ A educação escolar constituiu outra iniciativa importante dos anarquistas, qual seja, a criação das Escolas Modernas.

⁶ Guido Memo (org.), op. cit., p. 7.

⁷ Id., *ibid.*, p. 10.

⁸ Os Centros de Estudos Sociais proliferaram nas grandes cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo, e nada mais eram do que pequenas associações de libertários, cujo objetivo central era reunir trabalhadores para a discussão das idéias anarquistas. Cf. sobre esse tema, Paulo Ghiraldelli Jr., *Educação e movimento operário*, São Paulo, Cortez, 1987, pp. 117-120.

Inspirados no ideário do pedagogo Francisco Ferrer, os libertários dirigem sua crítica contra o exercício do poder nas relações que se produzem em todos os espaços de sociabilidade: na escola, na casa, no trabalho, nos lugares de lazer. A escola libertária destinava-se a proporcionar aos filhos dos trabalhadores uma educação livre, racionalista e laica.⁹ Por fim, as práticas no campo cultural e do lazer incluíam teatro, festivais de música e poesia e piqueniques promovidos pelos libertários nos bairros operários dos centros industrializados da época.¹⁰

Sílvia M. Manfredi, em um texto fundamental sobre experiências e práticas de educação dos trabalhadores brasileiros,¹¹ enfatiza, sobretudo, o “caráter globalizante” do projeto de educação dos libertários (aspectos culturais, educativos e libertários), que o caracterizava “como um projeto de educação classista [...] voltado para a emancipação político-ideológica e cultural da classe operária”. Dessa forma, os libertários propuseram a construção de um “projeto educativo singular, próprio e autônomo”.¹²

O movimento anarquista tinha uma preocupação muito forte com a elevação do nível cultural e com a formação do proletariado, preocupação traduzida no desenvolvimento de uma série de atividades que buscavam abarcar o político, o social e o cultural. A opção pela ação direta, o sonhar libertário, o vislumbre de uma sociedade sem Estado e na qual os sindicatos fossem os organismos básicos fizeram com que o movimento operário da época

⁹ Sobre educação anarquista e Escolas Modernas, cf. Francisco F. Hardman, *Nem pátria, nem patrão!*, 2. ed., São Paulo, Brasiliense, 1984, pp. 69-75; Margareth Rago, *Do cabaré ao lar*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, pp. 146-162; Flávio Luizetto, *As utopias anarquistas*, São Paulo, Brasiliense, 1987, pp. 39-63; Paulo Ghiraldelli Jr., op. cit., pp. 100-140; e Norma Elisabeth P. Correa, *Os libertários e a educação no Rio Grande do Sul (1895-1926)*, dissertação de mestrado, UFRG, 1987.

¹⁰ Cf. Francisco F. Hardman, op. cit., pp. 29-110; e Maria A. G. Decca, *A vida fora das fábricas*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, pp. 119-127.

¹¹ Sílvia M. Manfredi denomina “educação sindical” como “aquelas práticas educativas mais sistemáticas, intencionalmente programadas, como por exemplo os congressos dos trabalhadores, cursos, seminários, palestras etc. promovidos por entidades de classe ou outras organizações socioculturais, com o intuito de veicular projetos e propostas político-sindicais e formar quadros organizativos. Caberia ainda incluir entre as atividades de formação sindical aquelas iniciativas de formação político-ideológica que se destinam a grandes grupos de trabalhadores — a imprensa sindical, programas de rádio e televisão, boletins, revistas, teatro, cinema etc”. Cf. Sílvia M. Manfredi, *Formação sindical no Brasil: História de uma prática cultural*, São Paulo, Escrituras, 1996, pp. 23-24. Ainda sobre a educação sindical, ver Laélia Gurgel Portela, *A formação sindical no Brasil nos anos 80: Concepções e práticas*, dissertação de mestrado, Fundação Getúlio Vargas, 1990; e Raquel L. Benedeti Rosa, *Educação sindical e organização dos trabalhadores: O Sindicato dos Sapateiros de Franca — SP*, dissertação de mestrado, Unesp, 1995.

¹² Sílvia M. Manfredi, op. cit., p. 26.

se caracterizasse pelo alto grau de combatividade e de efervescência cultural, não se podendo esquecer, por outro lado, que o Estado sempre esteve presente, junto com o patronato, engendrando esforços para desarticular essa movimentação, valendo-se, para isso, tanto da repressão direta quanto de formas outras de ataque (deportação de líderes estrangeiros, por exemplo) e mesmo de contra-ataque no plano cultural e político.

Entre as décadas de 1930 e 1960 cabe ressaltar as iniciativas de educação sindical assumidas por partidos e organizações de esquerda. Não se esquecendo que tanto o Estado brasileiro (por exemplo, a criação em 1943 do Curso de Orientação Sindical pelo Ministério do Trabalho) como as agências articuladas a partir das classes dominantes (Ipes/Ibad e Instituto Cultural do Trabalho, entre outros), assim como entidades sindicais (Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Santo André; no Rio de Janeiro, os principais sindicatos foram os têxteis, os metalúrgicos e dos bancários) além da atuação da Igreja católica na formação sindical (Círculos Operários, a JOC e a ACO) e da Frente Nacional do Trabalho (FNT), procuram dar suporte às práticas sindicais possíveis.¹³ Dessa forma, a atuação e as propostas do Partido Socialista Brasileiro bem como a surpreendente recriação da universidade popular dos anarquistas em 1945 são tópicos essenciais nesse período. Também a presença do PCB no movimento operário-sindical é de fundamental relevância. O que se percebe no partido é o nítido interesse conferido à formação político-partidária (formação de quadros). Vale realçar a experiência das escolas do PCB no que tange à pedagogia comunista. Essa experiência se constituiu na primeira iniciativa de educação política realizada no interior de um partido no Brasil que atingiu uma certa amplitude. Ou seja, organizar escolas e cursos para a formação político-ideológica dos seus militantes no Brasil — os chamados “cursos Stálin”. É bom destacar ainda, entre outras coisas, a política cultural formulada e realizada de 1950 até 1956 e as ações e posturas dos militantes de base que atuavam nos bairros (nos Comitês Democráticos de Bairro), nas fábricas e no interior dos sindicatos, evidenciando a existência de uma “outra pedagogia do PCB”.¹⁴

Mesmo que as Escolas do PCB divulgassem um marxismo-leninismo de forma esquemática e padronizada, a experiência do PC, no que se refere às pró-

¹³ Cf. Sílvia M. Manfredi, op. cit., pp. 31-107; da mesma autora, *Educação sindical entre o conformismo e a crítica*, São Paulo, Loyola, 1986; e Marcelo Badaró Mattos, *Novos e velhos sindicalismos. Rio de Janeiro (1955/1988)*, Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 1998, esp. pp. 121-133.

¹⁴ Conferir os depoimentos de ex-dirigentes como Hércules Correa, Armênio Guedes e Jacob Gorender em Sílvia M. Manfredi, *Formação sindical no Brasil*, op. cit., pp. 45-87. Outros tra-

prias escolas e à atuação tenaz dos militantes, sem dúvida alguma, influenciou tanto conceitual como metodologicamente a atuação dos demais grupos de esquerda no âmbito da formação político-sindical, no movimento operário sindical nos anos subseqüentes.

Em matéria de educação sindical multiplicaram-se por todo o Brasil — no período compreendido entre as décadas de 1970 e 1980 — experiências de formação em sindicatos de setores mais organizados e ativos na condução do movimento (metalúrgicos, químicos, bancários, petroleiros etc.) que também passam a organizar seus departamentos de educação e cultura e a ensaiar programas mais articulados de formação sindical. Cabe salientar as experiências levadas a efeito nesse período nos seguintes sindicatos: Metalúrgicos de São Paulo (São Paulo), Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (São Paulo), Metalúrgicos da Baixada Santista (Santos/SP), Metalúrgicos de Monlevade (Minas Gerais), Bancários de São Paulo (São Paulo), Telefônicos (Minas Gerais), Químicos de São Paulo e do ABC (São Paulo), Sapateiros (Franca/SP); entre as federações destacaram-se as dos trabalhadores rurais de Minas Gerais (Fetamg) e Pernambuco (Fetape) e a Federação da Alimentação do Rio Grande do Sul. Entre as confederações, há que se evidenciar a importância do trabalho desenvolvido pela Contag. Entre os grupos de oposição sindical há que se fazer referência à experiência da OSMSP — Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Cabe ainda mencionar as experiências de formação levadas adiante por organismos como o CEDI, a FASE, o Instituto Cajamar, o CEDAC, o CEPIS, entre outros, que procuraram atuar de forma estreita com os movimentos sindicais e populares.¹⁵

Comunicação, cultura e educação

balhos que merecem referência: Paulo Ghiraldelli Jr., op. cit.; Antônio A. C. Rubin, “Partido Comunista e políticas culturais: uma tentativa de periodização”, in *Ciências Sociais Hoje*, 1988, São Paulo, pp. 135-161; Sérgio J. Rückert, “Persuasão e ordem — A escola de quadros do Partido Comunista do Brasil na década de 50”, in *Ciências Sociais Hoje*, 1988, São Paulo, pp. 196-218; Marco Aurelio Santana, *Partido e militância sindical. A atuação comunista no Sindicato dos Metalúrgicos do RJ (1947-1964)*, dissertação de mestrado, UFRJ, 1992; Hélio da Costa, *Em busca da memória*, São Paulo, Scritta, 1995; e Manoel F. de Vasconcelos Mota, *O projeto político-pedagógico dos stalinistas brasileiros. (Formação de quadros e educação política no PCB: 1950/1958)*, tese de doutorado, USP, 1995.

¹⁵ Cf. Sílvia M. Manfredi, *Formação sindical no Brasil*, op. cit., pp. 115-117. Cf. também: *Política trabalhista no âmbito estadual: Apoio à formação de quadros sindicais*, São Paulo, FUNDAP/ SESU, 1983; *Seminário nacional sobre concepção e prática sindical e experiências de formação sindical*, São Paulo, SNF/CEDI/ FASE/INCA, 1987.

Desde 1971 as lideranças sindicais de São Bernardo já revelavam uma preocupação com as atividades de educação sindical. O lançamento da primeira edição do jornal *Tribuna Metalúrgica (TM)* naquele ano demonstrava um investimento no campo da comunicação de suma importância para a década de 1970. Desse modo, a principal atividade de formação sindical era feita através do jornal do sindicato.

No primeiro número da *TM* os assuntos estavam dispostos em colunas relativas aos problemas econômicos, políticos, sociais e culturais. O nome da primeira coluna cultural era “Recreação e Esporte”. A tônica estava voltada para o futebol, com a fundação do Grêmio Esportivo Metalúrgico, e para os piqueniques. Em março de 1972 teremos a estréia do “Bilhete do João Ferrador” e a coluna “Recreação, Cultura e Esporte”.¹⁶ Além de futebol e dos passeios, a nova coluna procurava explicar os “fatos históricos” para os trabalhadores metalúrgicos.

É importante ressaltar que o personagem João Ferrador será uma tentativa de aproximação com a categoria. O “Bilhete do João Ferrador” não vem acompanhado de caricatura. O desenho — que aparecerá nos números posteriores do ano de 1972 — representa um trabalhador de boné, escrevendo um bilhete. Dirigindo-se sempre a alguma autoridade do “meu Brasil grande e potente”, João Ferrador (irônico, sutil) indaga e revela o cotidiano cruel dos trabalhadores metalúrgicos e, por consequência, da própria classe trabalhadora. O custo de vida, a política salarial, a política habitacional, os acidentes de trabalho serão assuntos prediletos da coluna do personagem.

Se o “Bilhete do João Ferrador” tratava de examinar o cotidiano dos metalúrgicos (custo de vida, política salarial, os problemas com a aquisição da casa própria, o desemprego etc.), o objetivo final teria como alvo os próprios trabalhadores. Desenvolvendo, portanto, uma lógica de identificação operária na qual a categoria reconhecia-se pelo trabalho fabril e, necessariamente, como “classe”. Outras colunas irão juntar-se nesse empenho de comuni-

¹⁶ Cf. Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (doravante SM/SBC), *TM*, n. 1, 1971, p. 7; idem, *TM*, n. 8, 1972, pp. 4-5. Entre 1962 e 1964 houve uma iniciativa cultural bastante relevante, a do Centro Popular de Cultura do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André. Mesmo num período muito curto de existência é importante ressaltar que esse CPC foi uma experiência inovadora; cf. Thimoteo Camacho, *O Centro Popular de Cultura do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André. (A Cultura Popular no ABC Paulista no início dos anos sessenta: o CPC da UNE, o Teatro de Arena e o Partido Comunista na “Cidade Operária”*, dissertação de mestrado, PUC, 1987.

cação sindical: “Nossa Opinião”, “Legislação Trabalhista”, “Notícias das Fábricas” e o “Repórter Metalúrgico”.

O discurso do Sindicato de São Bernardo é a expressão de um “ato de ruptura”, lembrando Geneviève Bollème, com uma “linguagem de tradição”. Ou seja, a fala sindical produzida no sindicato é a tentativa de registrar o “apelo à palavra operária” que “reclama o enunciado de sensações ou de impressões por aqueles que as sofrem”.¹⁷ Portanto, o discurso sindical dos metalúrgicos de São Bernardo busca — em tempos tão difíceis — uma linguagem em que a palavra operária não encontra os limites da imprensa burguesa ou da própria imprensa sindical.

Por isso, duas questões devem ser colocadas: a primeira refere-se ao período repressivo vivido no país na década de 1970, acarretando com isso a censura à imprensa. Decorre daí a segunda questão, pois se o intuito era informar os metalúrgicos para de algum modo atraí-los para o sindicato, não resta dúvida de que a tarefa não era fácil. Percebe-se que a heterogeneidade dos temas era fruto não apenas da censura, mas também das dificuldades das gestões sindicais em traçar um projeto específico para o próprio jornal.

Todavia, com o decorrer dos anos — principalmente após as greves de 1978/80 — os dirigentes irão desenvolver e solidificar o perfil da *TM*. Apenas exemplificando, o “Repórter Metalúrgico” (coluna publicada a partir de 1972 e caracterizada pelo desenho de um trabalhador com capacete e uma máquina fotográfica que focaliza uma espécie de noticiário geral) procurará veicular principalmente as notícias das lutas da “classe trabalhadora” nacional e internacional. Detalhe, o desenho muda após as greves de 1978 e o “Repórter Metalúrgico” passa a ser representado pelo João Ferrador a partir de 1979. Contribuindo também no sentido da informação das outras categorias, é lançado o *Suplemento Informativo* diário; procurando também angariar novos associados.

As lideranças sindicais de São Bernardo, ao procurarem organizar a categoria metalúrgica — e a própria classe trabalhadora — em defesa de melhores salários e condições de trabalho, buscam desenvolver uma formação sindical que possibilite também aos trabalhadores uma melhor compreensão do mundo em que vivem, para que, em conjunto, possam ter uma prática política coerente e eficiente na defesa dos seus interesses na luta pela transformação da sociedade capitalista. Nesse sentido, no meu entendimento, as

¹⁷ Geneviève Bollème, *O povo por escrito*, São Paulo, Martins Fontes, 1988, pp. 131-132.

atividades de “educação” do trabalhador vão ser desenvolvidas em torno da tríade comunicação-cultura-educação.¹⁸

No terreno da comunicação o jornal *TM* (diário, a partir de 1988), o *Suplemento* e os jornais de trabalhadores das empresas representam um investimento fundamental na formação e no esclarecimento dos “companheiros”. Assim como a TVT (TV dos Trabalhadores, nascida no sindicato em 1986), a revista *Ligação* (criada em 1989), a Rede de Comunicação dos Trabalhadores (RCT, instituída em 1989 por sócios fundadores em São Paulo, com a participação de parlamentares, lideranças sindicais, intelectuais e artistas para implantar projetos alternativos de comunicação) e a Rádio dos Trabalhadores, fundada em 1991.

Para as lideranças de São Bernardo, o crescimento e o fortalecimento da organização sindical no final da década de 1970 e início da de 1980 demonstrou como os trabalhadores, principalmente nos momentos de pique da organização sindical e popular, são vítimas do Estado, do governo e dos patrões, através do uso e abuso dos meios de comunicação. Para exemplificar, na greve de 1980, a televisão, usando imagens de arquivo, informava aos trabalhadores que a greve havia acabado. Por isso, “os trabalhadores sabem que no campo da comunicação se trava parte importante da luta de classes”.¹⁹ As formas “alternativas” de comunicação — os próprios jornais, *TM* e *Suplemento*, a TVT, a revista *Ligação*, a RCT e o rádio — propostas pelas lideranças sindicais indicavam uma tentativa de desmontar uma série de mecanismos que fazem com que os meios de comunicação de massa exerçam “uma forma particularmente perniciosa de violência simbólica”.²⁰

¹⁸ Em que pese as eventuais diferenças entre as sucessivas gestões sindicais de 1971 a 1993, e mesmo as situações conjunturais no país, ressalta-se a permanente preocupação dos líderes sindicais de São Bernardo em organizar um projeto de formação e/ou educação do Sindicato para os trabalhadores.

¹⁹ SM/SBC, *Resoluções do 5o Congresso dos Metalúrgicos de S. Bernardo/Diadema*, São Bernardo do Campo, 1987.

²⁰ Para Pierre Bourdieu, a “violência simbólica é uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com frequência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la”; cf. Pierre Bourdieu, *Sobre a televisão*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar., 1997, p. 22. Cabe observar que a TVT atua até hoje como produtora ligada formalmente à Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema — Fundo de greve. A concessão do governo para atuar como emissora de TV não foi conseguida. Assim como não foi liberado o direito a uma faixa de rádio. Tanto num caso como no outro as condições técnicas, o pessoal habilitado, os recur-

No decorrer das décadas de 1970 a 1990, o jornal *TM*, o *Suplemento* e os jornais de trabalhadores das empresas, a TVT, a revista *Ligação*, a RCT e a Rádio dos Trabalhadores veicularam as campanhas salariais, os cursos, os congressos, as notícias culturais, as discussões sobre as possibilidades de luta na “cidade operária”, as “Notícias das Fábricas”, os esclarecimentos das leis trabalhistas, as lutas nas fábricas, a própria importância do sindicato (atendimentos dos trabalhadores, denúncias de empresas, assembléias e reuniões), o cotidiano dos operários, as greves, a participação político-partidária dos trabalhadores, os desenhos e as charges, as festas e os bailes, as peças de teatro e os filmes, as palestras, as discussões sobre socialismo; enfim, um “novo tempo” (vinheta do “Jornal dos Trabalhadores” um dos programas da Rádio dos Trabalhadores) na história do sindicalismo brasileiro.²¹

No campo da cultura temos iniciativas como a coluna cultural no jornal *TM*, o apoio ao futebol, com a fundação do Grêmio Esportivo Metalúrgico, os piqueniques, bailes, festas e dicas no jornal *TM* sobre livros, discos e programas de televisão. Cabe ainda ressaltar o Grupo Ferramenta de Teatro (1975) e, posteriormente, o Grupo de Teatro Forja (1979), o departamento cultural (de 1976, que implementa os mais diversos eventos, por exemplo, sessões de teatro e de cinema) e os festivais de músicas para as campanhas salariais (1988).²²

De acordo, com a “Resolução sobre a cultura e os trabalhadores”²³ — resultado de um trabalho que tem origem na década de 1970 —

“o trabalhador, no seu cotidiano, escreve poesias, faz músicas, pinta, faz es-cultura, enfim, produz arte. Temos que captar isso como forma de resistir ao

sos e equipamentos para levar ao ar já estão assegurados. O atual coordenador da TVT é o ex-ferramenteiro Elizeu Marques da Silva (ex-integrante da Chapa 1, de Jair Menegueli). A RCT, que também atuava como produtora de vídeos e era dirigida por Mário Barbosa, da Volkswagen, teve suas atividades encerradas no final de 1996, por conta dos encargos financeiros.

²¹ Cf. *TM*, *Suplemento* e jornais de trabalhadores das empresas entre os anos de 1971 e 1993; videoteca da TVT (107 fitas de vídeo até o ano de 1995); *Ligação*, n. 1-19, 1989 a 1996 (o número 19 foi o último, em razão dos altos gastos financeiros); e o arquivo de fitas (192) da Rádio dos Trabalhadores, assim como o que restou dos textos que eram lidos no ar. A experiência durou pouco, de 1991 a 1993, sendo que as lideranças sindicais continuam insistindo na tentativa de conquistar o direito a uma faixa de rádio (ou de TV). Enquanto isso não acontece, a atual diretoria tem produzido um programa para trabalhadores (das 5 às 6 da manhã) na AM Nove de Julho.

²² Cf. *TM* e *Suplemento* entre os anos de 1971 e 1993, assim como os relatórios do departamento cultural a partir de 1984 e a revista *Ligação*, n. 1 a 19.

²³ Cf. SM/SBC, Resoluções do 6º Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, São Bernardo do Campo, 1991.

que é imposto pelos meios de comunicação burgueses. [...] Assim, trata-se de desenvolver uma política que articule a possibilidade do trabalhador ter acesso às produções culturais existentes (cinema, música, teatro, [...]) bem como produzir e expressar ele próprio (concursos e festivais de música, criação de grupos de teatro, dança etc.). O sindicato precisa [...] incentivar para que o trabalhador seja o sujeito, o autor e objeto da sua própria cultura [...]. É preciso priorizar a questão cultural como formadora de consciência política e que possibilite ao trabalhador entender o seu papel no processo de transformação [...]”.²⁴

Vale recordar uma passagem de Marcel David, em uma discussão na Escola Normal Superior de Paris, no final da década de 1960:

“o movimento sindical convence-se pouco a pouco de que, para permitir aos militantes que cumpram as suas tarefas, não basta ensinar-lhes economia política, direito, contabilidade — mas que é necessário integrar na formação que lhes é dada outras dimensões da cultura, as quais, de qualquer modo, invadem a vida do trabalhador; o sindicalismo, se não quiser ficar separado das massas, tem de se preocupar com isto”.²⁵

Para as lideranças sindicais de São Bernardo (mesmo não estando cientes dessa discussão) o importante é tentar qualquer coisa para arrancar os trabalhadores de uma certa pobreza cultural, bem como da pressão a que estão submetidos pelos modernos meios de comunicação. Relembrando, uma vez mais, Marcel David, “na medida em que os conhecimentos servem para estruturar o pensamento de um homem, trata-se de cultura”.²⁶

Com relação à educação e/ou à formação, as iniciativas sindicais abrangem inicialmente conferências, palestras, congressos da categoria e debates com os operários. Em 1974, é fundado o Centro Educacional Tiradentes — CET —, com cursos profissionalizantes e de madureza posteriormente substituídos pelo supletivo, em 1978. O CET, mesmo que não tenha sido intencionalmente fundado com um caráter político, na prática dos anos seguintes serviu como um dos elementos de fortalecimento do sindicato.²⁷

²⁴ Id., *ibid.*, p. 22. Cf., SM/SBC, “Um departamento para aumentar a cultura dos nossos associados”, *TM*, n. 36, 1976, p.7; e SM/SBC, *História da greve de 89, 30 anos de luta*, São Bernardo do Campo, FG, 1989, esp. pp. 53-73.

²⁵ Marcel David, *op. cit.*, p. 304.

²⁶ Id., *ibid.*, p. 302.

²⁷ Em 1960, o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro criou o Colégio Metalúrgico Elpídio Evaristo dos Santos objetivando a informação, formação e aperfeiçoamento profissional. Os cursos em funcionamento abrangiam: ensino profissionalizante (segundo grau) e qualificação

Entre os sete diretores efetivos da gestão 1972-75, Luís Inácio da Silva e Rubens Teodoro de Arruda estudavam no madureza de primeiro grau, assim como os operários Djalma de Souza Bom, da Mercedes, e Luís dos Santos, o Lulinha da Ford, trabalhadores da base sindical da diretoria. Entre os docentes do CET entrevistados por Antônio A. Primo “houve consenso de que os sindicalistas tinham interesse em fazer esse projeto cultural e educacional fortalecer o movimento dos trabalhadores da região. Para alguns deles, influenciados por idéias marxistas, [...] também interessava educar para politizar os trabalhadores, [...]”.²⁸

É importante salientar que para as lideranças sindicais de São Bernardo a educação operária envolve aspectos políticos e culturais que buscam promover a dignidade dos trabalhadores como cidadãos. Isto é, a formação profissional e a formação escolar são importantes para os metalúrgicos como categoria. E mais, está óbvio que a educação básica formava homens nas letras e na política.

Entretanto, no final de 1979 a diretoria do Sindicato decidiu encerrar as atividades do CET. Com o supletivo fechado — em função de inúmeros fatores —²⁹ procurou-se manter e divulgar amplamente os cursos profissionais básicos, através de convênios com o SENAI. A escola havia esgotado sua tarefa de meio auxiliar no movimento. Convinha, portanto, formar sindicalistas por outras vias.

No mês de abril de 1982 — resultado de um processo de discussão desde 1980 — as lideranças sindicais, que já procuravam fornecer subsídios para a formação profissional dos operários com os cursos da escola do sindicato, lançavam uma novidade: o curso de formação sindical. O curso — destinado tanto às profissional e os cursos de Formação Sindical. Na década de 1970, o Sindicato de Santos criou o Colégio dos Metalúrgicos — CEMETAL — inaugurado em 17 de março de 1976 pelo Sindicato dos Metalúrgicos da Baixada Santista. Além dos cursos profissionalizantes e supletivos de primeiro e segundo graus, o CEMETAL procurava “formar e informar os trabalhadores em todos os ângulos: sindical, político, cultural etc”; cf. Braz José de Araujo, *Operários em luta. Metalúrgicos da Baixada Santista (1933-1983)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985; e Colégio Metalúrgico Elpídio Evaristo dos Santos, “Guia pedagógico”, Rio de Janeiro, 1982, mimeo. Há que se ressaltar ainda a importância dos cursos e das palestras dadas pelo DIEESE para os quadros sindicais de São Bernardo, no início da década de 1970, desenvolvendo estreitos laços entre os sindicalistas e o DIEESE, que se mantêm firmes até hoje; cf. *TM e Suplemento* entre os anos 1971 e 1993; e Miguel Chaia, *Intelectuais e sindicalistas. A experiência do DIEESE, 1955-1990*, Ibitinga, Humanidades, 1992.

²⁸ Sobre a criação do Centro Educacional Tiradentes — CET — consultei Antônio A. Primo, *O Centro Educacional Tiradentes. Escola do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (1974-1979)*, dissertação de mestrado, USP, 1996; e *TM*, n. 1 a 56, 1971/1980.

²⁹ Entre os outros motivos para a extinção do CET, evidencia-se a orientação dada ao movimento no final da década de 1970, que passava mais pela criação das comissões de fábrica, pela formação sindical dos metalúrgicos, pela expansão dos meios de comunicação do sindicato, assim como as disputas internas e as críticas entre a diretoria e o corpo docente, particu-

lideranças quanto à grande base da categoria — começava com a história presente, os problemas que os trabalhadores estavam enfrentando naquele momento. A cada semana havia um assunto dentro de uma seqüência: jornada de trabalho, desemprego, comissão de fábrica, Enclats e Conclat, CIPAs, leis trabalhistas, história do movimento operário, análise da sociedade capitalista, entre outros. O trabalho de formação sindical era desenvolvido através de audiovisuais, filmes, apostilas ilustradas e cartilhas populares.³⁰

Em 1985, o projeto de formação — fruto de discussões e avaliações da diretoria — procurava dar conta de novas relações formativas. Ou seja, o projeto começaria a enfatizar três características básicas: o acento no político (CUT, movimentos de bairro, militância partidária, pastoral popular etc.), a formação de quadros e a formação de formadores (capacitar militantes do próprio movimento sindical).³¹

As atividades de “educação” e/ou formação sindical são mais do que espaços para “troca de experiências”; são também espaços para se elaborar em conjunto uma nova forma de pensar (organizar idéias, criar novos conceitos, analisar conhecimentos já teorizados, etc.) e uma nova forma de planejar a ação sindical.

Para as lideranças do “novo sindicalismo” ficava claro o valor estratégico da formação sindical (capacitação da base e principalmente dos militantes), e também que a formação profissional cumpriria o papel de qualificar a mão-de-obra. Por isso, deixando de lado a educação básica dos trabalhadores (com o

larmente os professores ligados a agrupamentos de esquerda; cf. Antônio A. Primo, op. cit., esp. as entrevistas realizadas, pp. 97-105; e o texto do ex-formador sindical de São Bernardo, Newton V. Basile, *A formação da direção ou a direção da formação*, São Bernardo do Campo, 1997, mimeo.

³⁰ Cf. *TM e Suplemento* entre os anos de 1980 e 1985; “Curso de formação sindical (Proposta para 1982)”, São Bernardo do Campo, 1981, mimeo; “Curso de formação sindical/82”, São Bernardo do Campo, 1982, mimeo; e, SM/SBC e outros, *Uma proposta de educação para luta e organização*, São Paulo, GEP/URPLAN/PUC-SP, 1983. Na fase de implantação do trabalho de formação — período entre 1981 e 1985 — o sindicato contratava assessores e técnicos que organizavam e ministravam cursos para os militantes e para a categoria em geral. Ver Laélia G. Portela, op. cit., esp. pp. 70-77.

³¹ Cf. “Os cursos de formação sindical” — 1982/1993; “O novo projeto de formação sindical dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema”, São Bernardo do Campo, 1988, mimeo; “Roteiro guia para sistematização de memória da formação sindical em sua entidade”, São Bernardo do Campo, 1991, mimeo; “Formação x organização: um passo à frente”, São Bernardo do Campo, 1993, mimeo; os relatórios da formação de 1989 a 1993; e Newton V. Basile, op. cit.

fechamento do CET) e reafirmando a importância dos convênios com o SENAI, os dirigentes acreditavam, ao final da década de 1970, em um processo de formação dos operários que envolvia comunicação, cultura e educação.

Há que se enfatizar que em agosto de 1983 concretizou-se a fundação da Central Única dos Trabalhadores — CUT — que previa já no seu estatuto provisório a criação de uma Secretaria de Formação, Educação e Cultura. Atualmente a CUT conta com sete escolas sindicais. A Central Geral dos Trabalhadores — CGT —, criada em 1986, também estruturou o seu projeto de educação um ano após sua fundação. Do mesmo modo, nos *Anais do I Congresso da Força Sindical*, de março de 1991 — época de sua fundação — já se previa a criação de uma Escola Nacional de Formação, um Instituto de Estudos e Pesquisas e um Departamento (ou secretaria) Nacional de Formação.³² Em nenhum dos casos existe legislação governamental sobre formação — a exemplo de outros países citados.

A formação sindical se preocupa com questões práticas do cotidiano do trabalhador e do movimento sindical, torna-se um espaço no qual os agentes do movimento sindical vão pensar a sua prática, vão repensar as “teorias” do próprio movimento e vão difundir as novas descobertas. Desta forma, o sindicato de São Bernardo tem-se defrontado com os mais diversos temas, desde a questão do planejamento sindical, da negociação coletiva, da proposta de contrato coletivo, organização por local de trabalho, formação profissional frente às questões postas pela reestruturação produtiva, meio ambiente, globalização, relações de gênero, questão racial, questão do jovem, crianças de rua e assim por diante.³³ Neste sentido, para as lideranças de São Bernardo a formação sindical é um importante meio de organizar a categoria e a própria classe trabalhadora. Por tudo isso, a tríade comunicação-cultura-educação objetiva além de melhores salários e condições de trabalho ir além dessa condição buscando também a “educação dos sentidos” dos trabalhadores.

³² Sobre formação em sindicatos e nas centrais sindicais — CUT e Força Sindical —, cf. Joelzito Almeida de Araujo, *Formação sindical e novo sindicalismo: Análise de algumas experiências*, dissertação de mestrado, UFMG, 1989; Helena Bins Ely, “A formação sindical em questão”, in Antônio David Cattani (org.), *Sindicalismo: ação-reflexão*, Caxias do Sul, Educs, 1990, pp. 71-83; *Cadernos Unitrabalho 1*, Universidade, Trabalho e Trabalhadores, São Paulo, Unitrabalho, 1998; e Donaldo Bello de Souza e outros, *Trabalho e educação: Centrais sindicais e reestruturação produtiva no Brasil*, Rio de Janeiro, Quartet, 1999.

³³ Cf. Newton V. Basile, “A situação atual da formação”, São Bernardo do Campo, 1998, mimeo.

Assim sendo, entre os anos de 1971 e 1993 encontramos uma experiência operária significativa e determinante para os anos posteriores. Entretanto, pretendo distinguir uma questão tópica — que me parece necessária ao final deste artigo — ou seja, as atividades de educação sindical são capazes de responder às exigências atuais do sindicalismo e da sociedade brasileira?

Por enquanto, reconheço que as lideranças sindicais têm encontrado dificuldades ao trabalharem no discurso e na prática, com as atividades de educação sindical iniciadas na década de 1970. Todavia, essas dificuldades podem apontar para novas aventuras e experiências no cenário das lutas sociais nos próximos anos. Não é um caminho fácil. Mas a tentativa de ter dias melhores continua — apesar dos reveses. Afinal, a experiência operária não tem hora e nem dia para terminar.

[Recebido para publicação em outubro de 1998]